



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## **Os caminhos da pesquisa:** uma introdução à análise das escolas do MST Neusa Maria Dal Ri

**Como citar:** DAL RI, N. M. Os caminhos da pesquisa: uma introdução à análise das escolas do MST. *In:* DAL RI, N. M. (org.). **Educação Democrática, Trabalho e Organização Produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 17-62.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p17-62>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# OS CAMINHOS DA PESQUISA: UMA INTRODUÇÃO À ANÁLISE DAS ESCOLAS DO MST

*Neusa Maria Dal Ri*

Nos anos de 1980 e 1990 diversos acontecimentos marcaram a conjuntura econômico-social de vários países. A ideologia neoliberal, que emergiu da crise do capital dos anos de 1970, se consolidou no cenário internacional, ao mesmo tempo em que ocorreram a queda do muro de Berlim, o desmonte da União Soviética, o refluxo do movimento sindical, a redução das lutas operárias (SILVER, 2003) e o declínio dos partidos revolucionários em geral. No Brasil, o movimento operário e popular (MOP) em confronto com a ditadura militar contrariou a tendência geral de refluxo dos movimentos entre 1978 e 1985. Porém, no final da década de 1980 voltou ao refluxo.

Nos anos de 1990, sobretudo na América Latina, os conflitos sociais retornaram, mas agora na forma de luta de movimentos sociais, e não tanto nas formas clássicas que envolvem a atuação de partidos e sindicatos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1984, em Cascavel, Paraná, na decadência da ditadura militar, ainda sob a influência da retomada do MOP iniciada no final dos anos

<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p17-62>

1970. Após alguns anos de desenvolvimento, o MST ganhou notoriedade no Brasil e internacionalmente.

Alguns autores entendem que o MST é um grande movimento social, que enfrenta os governos neoliberais, tendo como norte a bandeira da reforma agrária e, ainda, que o MST organizou um movimento original e de massas, com base social em todo o país, congregando especialmente a população pobre do campo e da cidade.

Quando o MST adquiriu notoriedade como movimento social, e passou a incomodar em especial a classe proprietária agrária, distintas visões passaram a ser emitidas sobre ele por diferentes grupos sociais. A opinião mais generalizada é aquela divulgada pelas grandes mídias, em consonância com a posição da maioria da classe proprietária.

Num dos extremos da posição do segmento social da classe proprietária, não se concede ao MST o estatuto de movimento social, e não há pruridos em qualificá-lo publicamente como um grupo de delinquentes e bandidos (VEJA, 2009, p. 1).

Fora dessa posição extremada e propagandística dos interesses da burguesia, os pronunciamentos críticos da mídia sobre o MST podem ser até mais ponderados, porém, o Movimento sempre é apresentado como um problema social.

No entanto, do ponto de vista do MST, e de várias outras organizações populares do campo, de fato existe um grave problema social, mas este se encontra no projeto econômico-social da burguesia do país e da maioria dos governos neoliberais, uma vez que o desdobramento prático desse projeto

[...] provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras. [...] Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental [...]. (ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS, 2012, p. 1).

A citação ilustra a dimensão da problemática social colocada: por um lado, o projeto sócio-econômico implantado por sucessivos governos e, por outro, a defesa da reforma agrária pelos movimentos sociais.

Além do MST, outras organizações do campo realizam ações pela reforma agrária (MANSUR, 2012). A reforma agrária (RA) de fato nunca foi realizada no Brasil. No entanto, as ações desencadeadas e reivindicações apresentadas por esse conjunto de forças sociais ao Estado resultaram na constituição dos assentamentos da reforma agrária<sup>1</sup> espalhados pelo país, tendo como principal articulador o MST, a organização mais importante e de maior visibilidade empenhada nessa luta. Os assentamentos conquistados são um fenômeno importante, pois geram um grande impacto econômico, social e educativo nas populações assentadas e nas que vivem no entorno e em cidades próximas. Em decorrência desse impacto, que atesta a relevância social dos assentamentos, governos em nível federal, estadual e municipais têm criado programas de apoio aos assentamentos, dentre os quais destacamos, em nível federal, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (INCRA, 2010; SECOM, 2011; BRASIL DE FATO, 2012)<sup>2</sup>.

Além do Estado, outras instituições e organizações nacionais e internacionais reconhecem a importância estratégica do MST na geração dos assentamentos e, portanto, na geração de emprego e renda, bem como sua contribuição em outros campos, como, por exemplo, no educacional e na agroecologia. Dessa forma, no âmbito acadêmico, várias universidades pú-

---

<sup>1</sup> “No Brasil, nunca tivemos um programa de reforma agrária verdadeiro. [...] O que houve no Brasil depois da redemocratização foram desapropriações pontuais, de alguns latifúndios, e um programa mais amplo de colonização de terras públicas na Amazônia, que não afetaram a estrutura da propriedade da terra. Essas desapropriações de latifúndios que oscilam de governo a governo, tem sido muito mais fruto da pressão social dos movimentos, do que de um amplo programa de reforma agrária dos governos” (STÉDILE, 2012, p.1).

<sup>2</sup> Em fevereiro de 2019, após a posse do governo Bolsonaro, vários jornais do país (VALENTE, 2019) publicaram que o novo ouvidor agrário nacional do INCRA, coronel do Exército João Miguel Souza Aguiar Maia de Sousa, enviou memorando-circular para todas as superintendências do órgão com a orientação de que seus chefes subordinados não recebessem mais entidades ou representantes que não possuíssem personalidade jurídica, caso do MST. No mesmo memorando, o ouvidor afirmou que não deveriam ser atendidos invasores de terras. Na prática, a circular representou a tentativa de rompimento de diálogo do INCRA com o MST. Embora um dia depois, o coronel tenha encaminhado novo memorando voltando atrás, após apelo do Ministério Público Federal que publicou uma nova recomendação para que o INCRA voltasse a atender de forma simplificada e ágil os representantes dos movimentos sociais e os ocupantes de terras improdutivas, sob pena de ingressar com um processo contra o órgão, os diálogos entre o Instituto e o MST ficaram tensos. O fato é que não há nenhuma garantia de que o PRONERA continue atendendo e financiando programas educacionais dos movimentos sociais.

blicas brasileiras e de alguns outros países oferecem cursos em parceria com o MST, realizam pesquisas e prestam assistência a escolas e cooperativas do Movimento (MST, 2010).

O interesse pelo MST como parceiro em atividades e como objeto de estudo é um fato. A origem desse interesse encontra-se no acontecimento de que o MST é altamente organizado, desenvolveu diferentes táticas de luta e contribuiu para trazer de volta à história um tema que parecia superado pelo progresso, qual seja, a luta pela terra (MEDEIROS, 2004).

O MST adquiriu notoriedade por várias razões: pela audácia com que tem enfrentado as políticas neoliberais; por suas táticas e métodos de luta; por sua presença em todo o território nacional; por suas características de movimento altamente organizado e, certamente, pelos resultados que vem obtendo na educação e na produção agrária. A condição de organizador da educação e de uma economia política específica, dentre outros atributos, contribuiu para instigar o interesse sociológico em relação ao MST. Além disso, há outro aspecto bastante importante.

Em geral, os movimentos sociais têm ideias próprias a respeito de como a sociedade deve organizar a educação e o trabalho. Partidos políticos e sindicatos ligados aos trabalhadores, por exemplo, usualmente têm uma visão própria sobre a educação e o trabalho e, geralmente, organizam cursos, palestras etc. sobre os assuntos. O mesmo acontece com vários outros movimentos sociais. Contudo, é raro que organizações populares coloquem em prática suas ideias a respeito desses temas. Por conseguinte, neste quesito, o MST apresenta uma condição diferenciada. As ações iniciadas e consolidadas no transcurso de trinta e cinco anos de lutas pela RA permitiram ao MST construir uma espécie de economia política, que abarca milhares de famílias assentadas e acampadas. E, concomitantemente à constituição dessa economia, o Movimento também construiu uma rede de escolas próprias ou sob sua influência.

O MST (2010)<sup>3</sup> informa que foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos, das quais 1.800 até a 4ª série, 400 até o ensino fundamental completo e 50 até o ensino médio. Segundo

---

<sup>3</sup> Não há informações mais atualizadas com esse detalhamento.

o MST (2010) há 300 mil trabalhadores/as rurais estudando, entre crianças e adolescentes. Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Mais de 4 mil professores foram formados pelo Movimento e em torno de 10 mil professores atuam nas escolas em acampamentos e assentamentos. Mais de 100 mil Sem Terra foram alfabetizados, entre crianças, jovens e adultos. Por ano, há aproximadamente 28 mil educandos e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização. Informa, ainda (MST, 2018), que há mais de 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores e mais de 100 cursos de graduação em parcerias com universidades públicas em todo o país. Isso sem contar com as inúmeras escolas itinerantes<sup>4</sup>.

Para atender a esse contingente de pessoas, o MST criou cursos técnicos de nível médio e médio integrado, como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Agroecologia, e cursos superiores, como Pedagogia da Terra, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia e História.

A quantidade de cursos e pessoas atendidas pode parecer modesta quando comparada ao sistema educacional brasileiro. Porém, essa quantidade é altamente significativa se considerarmos que decorre das ações de um movimento popular que organiza trabalhadores. Além disso, o interesse que a educação escolar do MST suscita transcende sua magnitude, pois uma atividade educativa que se assume diferenciada em relação à pedagogia oficial estatal vem sendo exercitada pelo Movimento em suas escolas no transcorrer de mais de três décadas.

O MST desenvolveu um esforço reflexivo teórico-prático e criou uma pedagogia própria, denominada *Pedagogia do Movimento*, que é diferente daquela que predomina na escola oficial (BEZERRA, 1999; DAL RI, 2004; DAL RI; VIEITEZ, 2004, 2008). Essa pedagogia, que tem influências teóricas de autores críticos e marxistas, tais como Lênin e os educadores soviéticos Krupscaya, Pistrak e Makarenko (DAL RI, 2004), é decorrente,

---

<sup>4</sup> A Escola Itinerante foi criada pelo MST para garantir o direito à educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de itinerância, ou seja, enquanto estão acampados lutando pela desapropriação das terras improdutivas e implantação do assentamento. O *barraco* da escola itinerante é construído antes mesmo do barraco de moradia e tem, também, a função de se converter em um centro de encontros da comunidade acampada (MST, 2018).

principalmente, do fato de o Movimento ser um lutador político e de sua conexão com a economia política desenvolvida nos assentamentos.

O MST possui várias áreas de atividades organicamente conectadas. As principais são aquelas que dizem respeito à luta pela reforma agrária e às atividades econômicas e educacionais.

Após 35 anos de existência, e tendo provocado o interesse de distintos pesquisadores, a literatura disponível sobre o MST, sob a forma de documentos, artigos, livros e monografias, é considerável. Os materiais publicados abrangem várias ações e atividades desenvolvidas pelo Movimento, contribuindo para desvelar este fenômeno social.

Verificamos que o MST conta com quase 3000 mil escolas e, por meio de estudos anteriores (DAL RI, 2004, DAL RI; VIEITEZ, 2004, 2008, 2010), apuramos que devido à concepção pedagógica adotada, o Movimento institui em suas escolas o que ele denomina de gestão democrática (GD). Por outro lado, também se encontra indicado na literatura e nos documentos do MST (2001) que a gestão democrática não é uma realidade homogênea, havendo variações importantes segundo o tipo de escola, empenho dos educadores, influência do Movimento, etc. Essa constatação suscita questões, tais como: O que é gestão escolar democrática para o MST? Qual a situação das escolas que compõem a sua rede com relação à gestão escolar? Há diferenças com a gestão das escolas oficiais? O que essas diferenças implicam para alunos, professores e para o próprio Movimento?

Uma fonte de interessantes questões a respeito da gestão democrática nas escolas do MST resulta do seguinte. Por meio dos dispositivos legais constantes na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a GD encontra-se, teoricamente, instituída no sistema escolar público brasileiro. O que diferencia as duas concepções de gestão democrática, a oficial e a do Movimento, nas unidades escolares?

Outro exemplo assinalado pela literatura, inclusive a gerada pelo Movimento é que há um esforço para produzir uma pedagogia voltada aos trabalhadores do campo e, acrescentamos que em consonância com a sua

economia política<sup>5</sup>. Esta proposição pode parecer simples à primeira vista, mas de fato não é, uma vez que a economia política do MST é multifacetada. Há pequenos agricultores familiares estabelecidos em lotes individuais, talvez a maioria, há graus de cooperação muito distintos articulando produtores familiares, sistemas mistos e há empreendimentos e cooperativas baseados em propriedade coletiva de trabalhadores associados. Essas diferenças já foram assinaladas e comentadas em trabalhos anteriores (DAL RI, 2004, DAL RI; VIEITEZ, 2004, 2008, VIEITEZ; DAL RI, 2009), mas ainda merecem considerações, pois as diferenciações não dizem respeito apenas às suas características.

Entre a pequena propriedade agrária individual e a propriedade coletiva do trabalho associado há uma contradição, ou seja, embora a liderança política do MST eleja a organização da produção por meio do trabalho cooperativo associado como mais adequada e mais *avançada*, os pequenos proprietários parecem preferir a propriedade individual e resistem à associação. Por conseguinte, as perguntas são muitas, já que parece conveniente ou imprescindível conectar a educação com a economia política do MST. Mas, com qual parte dessa economia política? Como é que o Movimento articula ou lida com essa diferenciação e contradição? A heterogeneidade da economia se reflete na pedagogia e na gestão das escolas?

O MST é uma organização importante por sua obra política, social e educacional e, talvez, mais importante ainda pela temática da reforma agrária que defende. A RA de tema superado converteu-se em tema redutivo, não apenas no Brasil, mas em muitos outros países. Isso não ocorre simplesmente por causa do MST ou de outras organizações congêneres<sup>6</sup>, mas porque uma parte significativa dos trabalhadores não se conformou com a implantação do chamado modelo da *revolução verde* e com o agrogócio, elaborando outras ideias a respeito de como se deve organizar o trabalho e a educação no campo.

---

<sup>5</sup> Um dos princípios pedagógicos da educação do Movimento é a estreita ligação entre ensino e trabalho produtivo. Há o esforço de aplicação do trabalho como princípio educativo.

<sup>6</sup> A criação, em 1992, da Via Campesina em âmbito internacional é um dos indicadores de que a problemática da reforma agrária continua presente em várias nações.



Em uma entrevista concedida à Revista *Caros Amigos*, João Pedro Stédile (2009, p.2), membro da Coordenação Nacional do MST, afirmou:

Hoy, la mayor parte de nuestras riquezas, producción y distribución de mercancías agrícolas está bajo control de las empresas transnacionales. Ellas se aliaron con los hacendados capitalistas y produjeron el modelo de explotación del agro-negocio. Muchos de sus portavoces se apresuraron a preanunciar en las columnas de los grandes periódicos de la burguesía que el MST se acabaría. Equívoco engaño. La hegemonía del capital financiero y de las transnacionales sobre la agricultura, no consiguió, felizmente, acabar con el MST. Por un solo motivo: el agro-negocio no presenta solución alguna para los problemas de los millones de pobres que viven en el medio rural. Y el MST es la expresión de la voluntad de liberación de esos pobres.

Segundo Stédile (2009), a constatação dessa nova realidade teria conduzido o MST ao reposicionamento de seus objetivos e métodos de luta. Para Stédile (2009, p. 2), a luta pela RA que antes estava baseada na ocupação de terras dos latifúndios, agora se torna mais complexa, pois é uma luta também contra a dominação das empresas transnacionais. Para combater a pobreza, a desigualdade e a concentração de terras há necessidade de não apenas mudar a propriedade da terra, mas, também, de mudar o modelo de produção. Desse modo, os trabalhadores do campo dependerão cada vez mais de alianças com os trabalhadores da cidade para avançar em suas conquistas.

De acordo com Lao e Feldmann (2009, p. 1-2), que acompanharam uma conferência proferida por Stédile na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), denominada *Desafios dos trabalhadores frente à crise*, o economista referiu-se ao *projeto popular* no qual o MST trabalha. A base das considerações de Stédile (LAO; FELDMANN, 2009, p. 1-2) foi a nova situação do campo brasileiro. Para ele, o capitalismo se transformou e dificultou a luta pela terra. Os latifúndios não são mais os únicos problemas no campo. Fruto das aplicações das políticas neoliberais, as grandes empresas transnacionais deram um novo rumo às transformações agrícolas brasileiras, aprofundando e agravando o modelo rural. Essas empresas, sob o controle financeiro, impõem o agronegócio e o monocultivo como modelos, ocupando amplas extensões de terra e usando amplamente os

agrotóxicos que provocam um grave desequilíbrio e desgaste na biodiversidade. Além disso, se transformaram em donas da produção, controlando o comércio e as sementes.

Foi contra essa conjuntura desfavorável aos trabalhadores do campo que o MST propôs a *reforma agrária popular*. Stédile (2009) esclarece que nessa nova concepção da luta, a reforma agrária não pode mais ser feita apenas pelos Sem Terra. Seria necessário incorporar à luta novos sujeitos sociais, como os trabalhadores da cidade, os assalariados, as centrais sindicais e os partidos de esquerda.

Segundo Lao e Feldmann (2009, p. 2), Stédile comentou uma série de pontos referentes à reforma agrária popular, começando pela desapropriação e distribuição das grandes propriedades de terra, estabelecendo como limite uma extensão de 1.500 hectares. Nelas a pequena agroindústria seria propriedade dos trabalhadores, e enfatizou a necessidade de se introduzir as cooperativas, adotando um desenvolvimento tecnológico com uma forma sustentável e coletiva, preservando as sementes como um patrimônio. Afirmou, ainda, que seria necessário mudar a atual matriz das técnicas de produção do agronegócio pela da agroecologia, ou seja, um conjunto de técnicas com o qual se pode produzir sem afetar o meio ambiente.

A Reforma Agrária Popular (RAP) integrou o Programa Agrário que foi aprovado no VI Congresso Nacional do MST realizado em fevereiro de 2014.

Segundo o MST (2013, p. 11-12), em publicação do Programa Agrário preparatória para o Congresso, o agronegócio passou a ter uma expressiva função econômica no modelo do capital financeiro, ou seja, gerar saldos comerciais para ampliar as reservas cambiais, condição essencial para atrair os capitais especulativos para o Brasil. O agronegócio, em seu processo de avanço, passou a proteger as terras improdutivas para futura expansão dos seus negócios, travando a obtenção de terras para a reforma agrária.

Ainda, segundo o MST (2013, p. 13), nos últimos 15 anos, houve, no Brasil, um processo acelerado da concentração da propriedade da terra. O índice que mede a concentração da propriedade da terra continua crescendo. O índice de Gini em 2006 era de 0,854, um índice maior do que

o registrado em 1920, quando o país recém havia saído da escravidão. Nas estatísticas do cadastro de imóveis rurais do INCRA observa-se que, entre 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades, e a área controlada por elas passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares.

Destaca ainda que

No modelo do agronegócio está contemplada uma parceria ideológica de classe entre os grandes proprietários da terra e os empresários dos meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem a defesa e a propaganda permanente das empresas capitalistas no campo como único projeto possível, moderno e insubstituível. (MST, 2013, p. 15)

O agronegócio teve um rápido crescimento, com apoio financeiro dos governos e ideológico das mídias. Após análise dessa situação, o Movimento (2013) concluiu que o novo modelo de desenvolvimento, denominado de agronegócio, mudou as correlações de força no campo, e que não havia mais espaço para a implantação da reforma agrária clássica. Isso significa que a luta pela terra e pela reforma agrária mudou de natureza frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no país.

Diante da mudança da natureza da luta e da conjuntura adversa aos trabalhadores do campo, o MST (2013, p. 32) elencou quatro novas posturas necessárias aos movimentos sociais: a) defesa de “um novo projeto de reforma agrária, que seja popular”; b) construção de alianças “entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular”; c) inserção da luta contra o modelo do capital, como um novo estágio da luta, com desafios mais elevados e complexos; d) enfrentamentos com o capital e seu modelo de agricultura, com disputas das terras e do território, incluindo as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas.

A nova natureza da luta pela reforma agrária colocou novos desafios ao MST, dentre eles, a implantação da agroecologia. A agroecologia

é entendida pelo Movimento como um dos pontos bases que integram uma nova matriz tecnológica necessária para mudar o modo de produzir e distribuir a riqueza no campo. Também faz parte dessa nova matriz a educação no e do campo.

Mas, em uma organização com o tamanho e complexidade do MST, uma alteração importante como essa, que envolve uma nova abordagem com objetivos e métodos, necessita de um tempo mais ou menos longo de maturação. O importante a ser enfatizado é que o MST realizou uma flexão em suas concepções e práticas. Isto suscita uma série de indagações. A organização do Movimento foi modificada diante da sua identidade anterior? A sua política educacional e econômica permaneceu a mesma ou houve mudanças importantes? A nova ênfase na cooperação significa que o MST abandonou a velha ideia da reforma agrária clássica como distribuição individual de lotes?

Em resumo, se a RAP tiver entrando em uma nova fase é de se esperar que isso influencie a política educacional, a economia política e o próprio Movimento enquanto organização. Detectar as possíveis mudanças na educação, teóricas e práticas, é uma das contribuições que esta pesquisa se propôs a oferecer, além de uma atualização dos conhecimentos sobre o MST.

As pesquisas disponíveis sobre o MST são diversificadas relativamente abundantes e de boa confecção, como já afirmamos. No entanto, apresenta a característica de ser relativamente restritiva pelo fato de que, em geral, o objeto de estudo MST encontra-se assaz recortado ou fracionado nas análises. Desse modo, há carência de estudos que ofereçam uma visão integrativa do Movimento.

Em contraposição a esse panorama literário, esta pesquisa propôs-se a gerar uma contribuição aos estudos já realizados buscando produzir uma visão mais integrada do objeto. Neste caso, tratamos de realizar um estudo totalizador do que denominamos a pedagogia e o sistema escolar do MST. Nessa perspectiva, isso significou desvelar as *leis* sociais que estruturam e presidem o desenvolvimento da educação escolar no MST. Por outro lado, significou, também, colocar a educação em conexão com duas de suas

determinantes orgânicas estratégicas, o Movimento enquanto educador coletivo e sua economia. Mantendo-nos nessa linha de abordagem, esta pesquisa ainda acresceu uma contribuição de atualização ao estudo da educação e do trabalho do MST.

## 1. OBJETIVOS, QUESTÕES INVESTIGATIVAS E HIPÓTESES DE TRABALHO

Como já enunciado, a pesquisa foi desenvolvida por uma equipe de pesquisadores e pesquisadoras durante os anos de 2013 a 2015 e o projeto era denominado de *Concepções teórico-práticas de educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar o *sistema* escolar e a pedagogia do MST, segundo uma perspectiva de totalidade do Movimento, ou seja, política, econômica e educacional, desvelando as *leis tendenciais* que estruturam e presidem o desenvolvimento da sua educação. Além do objetivo geral, buscamos alcançar, com a realização desta pesquisa, objetivos específicos, tais como: a) identificar e analisar as tendências de desenvolvimento político-econômico-educacional do MST e suas diferentes fases; b) verificar nas tendências de desenvolvimento do MST se há articulação entre o movimento político, a organização da economia e a educação; c) verificar como o MST organiza o trabalho nos assentamentos; d) analisar a *reforma agrária popular* e compreender o seu significado na trajetória do Movimento; e) mapear o *sistema* escolar do MST, diferenciando os tipos, estruturas e funcionamento das escolas; f) verificar como o MST organiza o trabalho pedagógico e a gestão democrática nas escolas do ensino infantil aos cursos de nível superior; g) examinar o processo de auto-organização dos alunos na escola e a organização dos Sem Terrinha, o movimento político das crianças; h) verificar a ligação entre o ensino e o trabalho produtivo nas escolas; i) verificar as estruturas e dinâmicas de poder, bem como o nível de participação das comunidades escolar e externa nas escolas; j) averiguar se e como ocorre a formação de professores no MST; l) examinar como se concretiza a política de gênero do MST: relações de gênero na escola, na família e na política; m) verificar a implantação da política agroecológica nos assentamentos e escolas do Movimento; n) desvelar o

que o Movimento entende por socialismo, constatado em alguns de seus documentos.

Dados os limites deste texto, não apresentaremos o rol de questões investigativas que procuramos elucidar, que é longo e complexo. Apenas indicamos que compuseram esse rol questões acerca da composição da rede escolar do MST, do estatuto de cada estabelecimento; das diretrizes pedagógicas disseminadas em seus documentos; do vínculo entre o ensino e o trabalho produtivo nas escolas; da articulação entre as proposições políticas, econômicas e educacionais; do significado da denominada nova reforma agrária popular (RAP) e se a RAP modifica as bases da pedagogia do MST; da formação de seus educadores, da organização e funcionamento das escolas e gestão democrática; da auto-organização dos alunos na escola; do desenvolvimento da agroecologia e sustentabilidade; da aplicação das políticas de gênero, dentre outras.

Para que o leitor possa mais bem compreender o desenvolvimento da pesquisa, apresentamos a seguir algumas hipóteses investigativas que orientaram nossa investigação.

Do nosso ponto de vista, e da equipe executora, a rede escolar do MST é composta por escolas próprias e escolas públicas nas quais ele tem a hegemonia e aplica o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) na íntegra, e por escolas públicas nas quais tem influência; nesse caso, luta para implantar a sua pedagogia.

A educação é a dimensão mais *avançada* do projeto do MST, pois busca: 1) implantar formas de gestão democrática e participação direta; 2) formar para o trabalho autônomo e coletivo, proporcionando um vínculo entre o ensino e o trabalho produtivo; 3) ser unitária; 4) defender a autonomia dos povos; 5) formar uma cultura ecológica voltada para a sustentabilidade e uma relação construtiva com a natureza; 6) disseminar valores e práticas de igualdade de gênero.

O fato de a base social do Movimento ter se modificado com a criação dos assentamentos pode estar afetando a política educacional do MST. Diferentemente dos acampamentos, os assentamentos organizados ou não em forma de cooperativas demandam um tipo de pro-

dução e de preparação técnico-político dos Sem Terra diferenciada. O grande avanço do agronegócio no campo tem levado à supressão dos pequenos proprietários. Dessa forma, se os assentamentos e as cooperativas não tiverem um aumento considerável da produção, tornam-se inviáveis. Os produtores, em especial os associados em cooperativas, precisam competir no mercado capitalista para a realização da troca, ou seja, produzem valores de troca. A luta pela sobrevivência diante do agronegócio, isto é, a viabilidade dos assentamentos e cooperativas, na atualidade, pode estar exercendo uma pressão econômica que incide diretamente no tipo de ensino técnico-profissionalizante mantido pelo Movimento, com uma maior ênfase nos valores mercantis e nas questões relativas aos índices de produtividade.

Apesar da heterogeneidade das formas econômicas verificadas nos assentamentos e cooperativas, o MST mantém e tenta aplicar uma proposta unitária de ensino e de pedagogia.

A teoria e a prática educativas do MST têm quatro objetivos básicos: 1) propiciar aos associados uma formação nas habilidades específicas inerentes à sociedade moderna industrial, notadamente à tecnologia e às ciências; 2) ministrar uma formação específica na denominada *questão social*, colocando em evidência os trabalhadores e notadamente os *camponeses* visando sua emancipação social, política e cultural; 3) formar militantes para o Movimento; 4) lançar um novo conceito de relacionamento com a natureza com base na agroecologia e na produção sustentável; 5) disseminar valores, habilidades, conhecimentos e categorias sociais relativas à cooperação e ao trabalho associado com o propósito de generalizar a cooperação no âmbito da compósita economia política do MST.

O novo conceito de RAP significa a atribuição de um papel às cooperativas e ao trabalho coletivo, à tecnologia, à agroecologia e à produtividade bem mais importante do que eles tinham no Programa anterior.

Há dificuldades e resistência dos professores da rede oficial em aplicarem as diretrizes pedagógicas do MST, bem como de se adaptarem aos propósitos pedagógicos do Movimento. Desse modo, o MST desenvolveu uma política própria de formação de professores que corrobora seu projeto

educativo, visto num contexto muito mais amplo. Por ser parte também de seu projeto político, a dimensão da formação de professores sob a égide dos ideais emancipatórios do Movimento está colocada como uma forma de qualificar politicamente a escola.

A questão de gênero foi introduzida pela ação das mulheres e reconhecida tardiamente pelo MST. Há indícios de que, não obstante estar hoje reconhecida como questão crucial pelas instâncias diretivas do Movimento avança, na prática, com dificuldades dado o arraigado patriarcalismo e machismo vigente no meio rural, bem como na sociedade em geral. O Movimento incentiva as mulheres a participarem ativamente de todos os assuntos que envolvam o coletivo, incentivando inclusive que essas atuem como lideranças políticas. O avanço das políticas de gênero no MST parece significar o reconhecimento de que a transformação do *status* tradicional da mulher é imprescindível para o avanço das políticas democráticas e de igualdade. Portanto, embora com dificuldades, nossa hipótese é a de que as mulheres participam de forma política e econômica para construção e sustentação do Movimento, participando de toda e qualquer manifestação em prol das lutas das quais fazem parte. Não são telespectadoras da história, mas sim sujeitos que contribuem no dia-a-dia para a construção desta história, para relações de gênero igualitárias. Há ações e conteúdos explícitos trabalhados nas escolas acerca das questões de gênero.

A pedagogia do MST esta orientada segundo o seu projeto social. O MST luta pela reforma agrária e amiúde se refere à necessidade de trabalhar em prol de uma sociedade socialista. Tudo indica que, salvo por referências genéricas, o ideário socialista no MST não se encontra claramente definido. Defendemos a hipótese de que, no momento atual, o MST se situa basicamente na tradição republicana democrática, fraternal e radical - não liberal -, advinda da ala popular que emergiu historicamente na primeira fase da Revolução Francesa, expressa no célebre sintagma *liberdade, igualdade e fraternidade*, acrescida de elementos de natureza micro-política que apontam para o socialismo.



## **2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E DESCRIÇÃO DA AMOSTRA SELECIONADA**

### **A. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

De acordo com a perspectiva teórica adotada, a pesquisa centrou seu foco no mapeamento, na organização e nas relações de trabalho pedagógicas nas escolas do MST, componentes primordiais da gestão. Contudo, como desse pressuposto teórico faz parte a ideia de que na definição dos padrões de organização da escola incidem igualmente os fatores externos ao *locus* das unidades escolares, como a economia e a política do Movimento, além daqueles mais gerais da sociedade, tais como o conflito social, as políticas públicas, a produção científica e tecnológica, a influência da política externa, etc., a pesquisa teve-se a: 1) políticas públicas do Estado para a educação do campo; 2) políticas públicas para geração de emprego e renda e para a reforma agrária; 3) legislação educacional; 4) desenvolvimentos científicos e tecnológicos; 5) leis para o cooperativismo e trabalhistas; 6) mercado de trabalho; 7) organização autônoma de professores e estudantes; 8) formação docente; 9) políticas para igualdade de gênero.

A investigação foi operacionalizada a partir de seis eixos temáticos considerados estratégicos para o entendimento das leis de funcionamento e tendências de desenvolvimento do sistema escolar do MST e sua ligação com a economia política.

- 1) Programa de Reforma Agrária Popular, diretrizes políticas e educacionais, e escola de formação política (ENFF);
- 2) Relações de produção pedagógicas e gestão democrática na escola;
- 3) Educação profissional agroecológica, agroecologia e sustentabilidade;
- 4) Gênero e educação;
- 5) Formação de professores;
- 6) Sem Terrinha e educação infantil.

## **B. PROCEDIMENTOS**

### **B.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA E SELEÇÃO DA AMOSTRA**

O projeto de pesquisa foi desenvolvido por uma equipe de pesquisadores constituída por professores doutores, pós-graduandos e alunos de graduação membros do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia, com sede na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília. A maioria dos docentes e pós-graduandos integrantes do projeto e membros do Grupo tem ligação com o Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Faculdade. A equipe integrou, ainda, dois docentes de outras Unidades da UNESP, dois docentes da Unicamp e uma docente da UNOESTE. Uma docente da UNESP, Campus de Marília, responsável pelo projeto perante o CNPq, coordenou a pesquisa. Cada um dos eixos discriminados foi coordenado por um docente com titulação de doutor. Cada coordenador/a de eixo contou com uma equipe de trabalho formada por docentes, pós-graduandos e graduandos. Participaram da equipe pesquisadores especialistas nas questões de gênero, formação docente, agroecologia, gestão educacional e educação, trabalho e movimentos sociais.

A coleta de dados empíricos foi dividida em duas etapas: 1) entrevistas com dirigentes e estudiosos do MST; 2) levantamento de dados empíricos nas escolas, assentamentos e cooperativas do MST.

### **B.2. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS**

A investigação apoiou-se em documentação e bibliografia, nacional e internacional. Portanto, as tarefas de compilação, organização e exegese desses materiais tiveram um papel fundamental.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com levantamento, seleção, leitura e sistematização dos dados coletados em livros, periódicos científicos, boletins científicos, dissertações e teses referentes ao tema investigado. Foram importantes, sobretudo, as publicações que socializaram resultados de estudos empíricos, bem como os estudos realizados sobre o MST e sua educação.

A pesquisa documental foi realizada com levantamento, consultas, coleta e leitura de documentos tais como: legislações; documentos oficiais do Ministério da Educação e do Ministério de Trabalho e Emprego e de outros órgãos oficiais geradores e implementadores de políticas públicas para o campo; estatutos das escolas; regimentos escolares; projetos político-pedagógicos das escolas; jornais do MST e dos Sem Terrinha, revista do Sem Terrinha etc., publicados pelas escolas e pelo MST.

Utilizamos a entrevista semi-estruturada que combina perguntas abertas e fechadas, como principal instrumento para a coleta de dados empíricos. No contato direto, ou por videoconferência no caso de alguns dirigentes e intelectuais estudiosos do MST, explicamos e discutimos com os informantes os objetivos da pesquisa e da entrevista e respondemos às dúvidas dos entrevistados. Foram entrevistados dirigentes e acadêmicos estudiosos do MST (etapa 1), membros dos órgãos de gestão escolar, dirigentes das escolas, professores, alunos, pais e membros das comunidades dos assentamentos e associados às cooperativas (etapa 2).

Para alcançar a captação mais precisa do objeto estudado, utilizamos a técnica da observação sistemática. Para tanto foi estabelecido um conjunto de categorias definido de acordo com os objetivos e hipóteses da pesquisa.

As observações foram realizadas nas escolas e nos assentamentos constantes da amostra.

### **B.3. ENTREVISTAS COM DIRIGENTES E ESTUDIOSOS DO MST**

Foram realizadas sete entrevistas com membros e intelectuais estudiosos do MST, a saber: Fábio Accardo; Alexandro Santos Marinao; Maria Orlanda Pinasi; Bernardo Mançano Fernandes; Farid Eid; Antonio Tomaz Junior; e Kelly Monfort.

Fábio Accardo de Freitas é militante do MST e integra o Setor de Educação Infantil e Ciranda<sup>7</sup>. A entrevista foi realizada em 19 de março de 2013.

---

<sup>7</sup> Ciranda é a denominação da educação infantil organizada pelo MST.

Fábio trabalha com a educação infantil no assentamento Elizabeth Teixeira, localizado em Limeira, e contribui com as Cirandas Infantis do MST nos encontros nacionais, estaduais e regionais. No momento da entrevista estava fazendo mestrado na Faculdade de Educação da Unicamp para estudar a educação infantil do MST e sua possível relação com a educação popular.

Alexandro Santos Mariano é militante do MST e a entrevista foi realizada no dia 20 de outubro de 2013. O entrevistado iniciou a fala realizando uma breve apresentação sobre a temática. Afirmou ser do Setor de Educação do MST do Paraná, coordenador de escolas de acampamentos e escolas itinerantes desde 2003 e participante da organização da Ciranda do MST, cursou Pedagogia na Unioeste e realizou Curso de Especialização sobre escolas do campo na Federal de Santa Catarina, buscando se qualificar para o trabalho no MST.

A entrevista com Alexandro foi importante para a compreensão, em especial, das diretrizes político-pedagógicas e da organização da educação infantil no MST.

A entrevista com Maria Orlanda Pinasi foi realizada em 20 de junho de 2013. A professora Maria Orlanda é livre-docente da UNESP, Campus de Araraquara, e estuda o MST há muito anos, em especial a questão de gênero. A docente fez explanações sobre a reforma agrária, as dificuldades das cooperativas de produção agropecuária, a educação e questão de gênero.

A entrevista com Bernardo Mançano Fernandes foi realizada no dia 17 de janeiro de 2014. Fernandes é professor livre-docente da UNESP, Campus de Presidente Prudente, e trabalha há muitos anos com o MST. O professor relatou que começou a trabalhar com o MST em 1978, antes mesmo de o Movimento ser criado, pois participava da Pastoral da Juventude, e acompanhava a Comissão Pastoral da Terra. Entre 1978 e 1987, o professor Fernandes acompanhou o movimento que antecedeu a criação do MST e passou a segui-lo por várias partes do Brasil, acompanhando suas ações, como uma pessoa interessada na questão agrária. Cursou graduação em Geografia, com início 1982, e passou a estudar o MST com trabalho de iniciação científica. Em 1987 integrou o Setor de Educação do MST.

Em 1998, o MST realizou o primeiro Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA) com participação de vários organismos, inclusive internacionais. Nesse Encontro surgiu a proposta de criação do PRONERA. Desde a criação do PRONERA, o docente é membro do seu Conselho Pedagógico Nacional. O professor ainda explanou sobre vários cursos criados na UNESP e em outras universidades voltados ao atendimento dos Sem Terra. A entrevista com o professor Bernardo foi importante, pois ele possui amplo conhecimento sobre o processo de reforma agrária, da educação do MST, políticas públicas para os Sem Terra, e desenvolveu o conceito de territorialização do Movimento.

Farid Eid é professor da Universidade Federal do Pará e a entrevista foi realizada em 17 de outubro de 2013. O docente relatou que a sua relação com o MST se iniciou no final de 1995, enquanto professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e se deu por meio da realização de um Curso de Especialização, com a disciplina de Organização do Trabalho e Novas Tecnologias. Nesse curso estava presente, como aluno, o Secretário de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Adalberto Martins. Por meio dele, surgiu a demanda pela elaboração de um diagnóstico sobre a organização das cooperativas do MST, com temas como as relações com o mercado, conflitos internos etc. A pesquisa envolveu diversos estados e no primeiro semestre de 1996 foram realizadas visitas sistemáticas a cooperativas e assentamentos do MST. O professor Farid relatou, ainda, que de 2000 até o momento da entrevista tinha realizado vários projetos conjuntos com o MST, como, por exemplo, com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), com metodologia participativa e pesquisa-ação, com o objetivo de desenvolver estratégias de marketing para comercialização. Participou da elaboração do curso de agronomia na UFSCar com ênfase na agroecologia, financiado pelo PRONERA, com participação do MST e outras entidades, no período de 2008-2010. Também participou como docente, da quarta turma do Curso Técnico em Gestão de Cooperativas (2009-2010) realizado pelo MST de Laranjeiras do Sul, Paraná, e a Cooperativa de Mondragón da Espanha; do projeto com o MST de

Pernambuco, cadeia produtiva do semi-árido; do projeto com o MST de São Paulo, cadeia produtiva frutífera/hortaliças. No estado do Pará estabeleceu parceria com o MST de Irituia, com financiamento proveniente da Espanha; com o Instituto Federal do Paraná, no curso de graduação regular em educação do campo e do Projovem Saberes da Terra. No estado do Maranhão, participou do trabalho realizado pelo MST em parceria com Universidade Federal do Maranhão nos projetos para construção de pequenas cadeiras produtivas solidárias e autogestionárias, dentre outros. A entrevista com o professor acresceu várias informações, sobretudo, para a obtenção de dados acerca das cadeias produtivas e das políticas públicas voltadas para a educação no campo, e os cursos de nível profissionalizante e superior.

Antonio Tomaz Junior, estudioso do MST, concedeu entrevista em 21 de novembro de 2013. O professor Tomás é livre-docente da UNESP, Campus de Presidente Prudente, e trabalha no Departamento de Geografia. No período de 2006 a 2011 o docente coordenou o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo), com convênio do INCRA-PRONERA, Escola Nacional Florestan Fernandes do MST e UNESP. No momento da entrevista coordenava o Curso de Especialização Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos, com convênio CNPq /PRONERA, e coordenava o projeto temático, financiado pela FAPESP, Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental, com vigência de 2013-2018. O professor narrou que seus estudos se iniciaram nos anos 2000, com a temática dos bóias-frias e depois evoluiu para o tema de estudo dos Sem Terra. Em sua entrevista, o pesquisador abordou as políticas públicas para os assentamentos, sobretudo, as linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para as cooperativas. Abordou, também, as dificuldades do MST e das cooperativas, no sentido de conseguirem sobreviver diante do agronegócio. Explanou sobre a educação, em especial acerca dos cursos desenvolvidos por meio de convênios com o PRONERA e INCRA. Afirmou que os desafios colocados para o Movimento são cada

vez maiores, até porque alguns militantes também fazem parte do governo, trabalhando no INCRA.

Kelly Monfort é membro da Direção Nacional do MST e a entrevista foi realizada em 20 de novembro 2014. Kelly graduou-se em Pedagogia na Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília. Após o término do curso ingressou como militante no MST. No momento da entrevista cursava mestrado em Ciências Sociais na UNESP, Campus de Araraquara. Na entrevista a dirigente ressaltou questões e desafios colocados ao MST na atualidade, sobretudo, o enfrentamento com o agronegócio. Enfatizou as discussões realizadas no VI Congresso do MST, ocorrido em fevereiro de 2014, o Programa do Congresso que apresenta um texto importante para a Reforma Agrária Popular, e a meta do Movimento na atualidade. Ainda acrescentou relevantes informações acerca da educação e do Setor de Gênero do MST.

As entrevistas realizadas com dirigentes e estudiosos do MST foram produtivas e informativas. As falas dos diferentes militantes foram sintonizadas e ressaltaram três questões: os desafios da atualidade com a expansão do agronegócio e dos conflitos no campo; a reforma agrária popular; e a importância da educação, em todos os níveis de escolaridade, para o desenvolvimento do MST. O mesmo não ocorreu com as falas dos estudiosos do MST. Os pontos de vista e análises emitidas pelos entrevistados foram bastante diferentes e, em alguns pontos, divergentes. De qualquer forma, trouxeram um rol de reflexões que foi útil para a pesquisa, com o levantamento de novas questões e de informações relevantes para a pesquisa nas escolas, assentamentos e cooperativas.

#### **B.4. LEVANTAMENTO DE DADOS NAS ESCOLAS, ASSENTAMENTOS E COOPERATIVAS DO MST.**

Para a escolha das escolas que compuseram a amostra da pesquisa utilizamos o critério de determinação de segmento-padrão, isto é, aquelas escolas que de acordo com a literatura, experiência anterior dos pesquisadores/as e avaliação do próprio MST, mais bem representam a implantação do projeto político pedagógico e da Pedagogia do Movimento. Privi-

legiamos as escolas que estavam ligadas a assentamentos e cooperativas do MST, bem como as principais escolas de agroecologia situadas no Estado no Paraná. Para garantirmos uma representação do total do sistema educacional do MST, a amostra foi composta por escolas de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio e médio integrado, profissionalizante pós-médio e escola de formação que possui cursos de ensino superior. Demos preferência, sempre que possível, às escolas localizadas no sudeste e sul do país, primeiro, por uma questão de acesso e, segundo, porque as escolas mais importantes do Movimento ficam nessas regiões.

A Escola de Ensino Fundamental e Médio Florestan Fernandes, localizada no assentamento Santana, no município de Monsenhor Tabosa, Região dos Inhamuns, Ceará, constou na amostra inicial. No entanto, não houve possibilidade de realização da coleta de dados empíricos nessa escola, pois os custos para a ida dos pesquisadores eram muito altos, e os recursos disponíveis não foram suficientes. A escola foi substituída por duas outras. A primeira localizada na Agrovila V, do Assentamento Pirituba II, município de Itaberá, São Paulo. Houve interesse nesse assentamento, pois ele possui a Escola Estadual de Agroecologia Laudenor de Souza e uma Cooperativa. A segunda selecionada como substituta foi a Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi (Escola Cidinha) de ensino infantil, fundamental e médio, localizada no Assentamento Eli Vive, no Distrito Lerroville, Londrina, Paraná.

Além disso, juntamente com a coleta de dados realizada na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELLA), localizada no Assentamento Contestado, Lapa, Paraná, foram também coletados dados sobre a Escola Municipal do Campo Contestado e o Colégio Estadual do Campo Contestado, localizados no mesmo Assentamento. Desse modo, tivemos um acréscimo ao total de escolas da amostra inicial.

A seguir descrevemos as escolas e a coleta de dados empíricos com aplicação de entrevistas e realização de observações.



## **1. ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES**

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi inaugurada em janeiro de 2005 pelo MST, no município de Guararema, São Paulo. Suas instalações ocupam uma área de 30 mil metros quadrados e incluem três salas de aula, com capacidade total para 200 pessoas, um auditório, dois anfiteatros e uma biblioteca com mais de 40 mil obras. A Escola conta ainda com quatro blocos de alojamento, ciranda infantil, quadra multiuso, lavanderia, espaço de vivência, refeitório central, estação de tratamento de esgoto, além de área reservada para o cultivo de gêneros alimentícios consumido pela Escola. Quarenta e dois trabalhadores/as residem no local e se dedicam integralmente à manutenção e funcionamento da ENFF, contando com casas para suas famílias. Além disso, os alunos e professores que ficam na Escola por determinados períodos auxiliam na sua gestão e manutenção.

A ENFF é um Centro de Educação e Formação que oferece diferentes tipos de cursos de nível superior, de especialização, de formação etc., em geral em convênios com mais de quarenta universidades e, também, mestrado sobre Questão Agrária, por meio de convênio com a UNESP e a UNESCO.

Foram realizadas duas visitas à ENFF no ano de 2014. No entanto, em nenhuma delas foi possível realizar as entrevistas que estavam marcadas. Na primeira vez estavam marcadas entrevistas com o coordenador pedagógico e alunos. Mas houve uma mudança no cronograma do curso e os alunos não estavam na escola. A segunda foi marcada com dirigentes do MST. Da mesma forma, quando os pesquisadores lá chegaram, os dirigentes não estavam. Nessas oportunidades os pesquisadores puderam realizar algumas observações na escola.

A terceira visita foi realizada nos dias 04 e 05 de fevereiro de 2015. Foram entrevistadas uma ex-aluna e assessora de cursos da ENFF, e Djacira Maria de Oliveira Araújo membro do Coletivo Político Pedagógico da ENFF.

## 2. INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO

O Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) está localizado no município de Veranópolis, Rio Grande do Sul. A visita e coleta de dados empíricos ocorreram no período de 09 a 12 de dezembro de 2014. Foram entrevistados Daniel Pereira, responsável nacional pelos cursos ligados ao setor de produção do MST, acompanhante do Curso Técnico em Cooperativismo e professor, e Diana Daros, diretora do IEJC.

Ocorreram dificuldades para marcar a visita ao IEJC por causa do cronograma de atividades da escola e dos pesquisadores. Infelizmente, quando a visita foi possível, os alunos não se encontravam no tempo escola. Mas, dada a larga experiência dos entrevistados na direção da escola e na coordenação dos cursos do MST, os dados coletados foram importantes para a pesquisa.

O IEJC é uma escola de formação do MST, a mais antiga, comprometida com o projeto educacional do Movimento. O IEJC começou a funcionar em janeiro de 1995, juntamente com o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), mantenedor do IEJC até 2008, no prédio do seminário cedido pela Ordem dos Frades Menores Franciscanos (Capuchinhos). O IEJC é uma escola com cursos de nível médio profissionalizante, de educação profissional e de formação de professores em nível superior. Inicialmente, mantinha o Curso de Formação de Professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, porém, outros cursos foram criados a partir de demandas do MST, tais como o Técnico em Administração de Cooperativas, Técnico em Saúde, etc.

O IEJC foi investigado neste trabalho principalmente por ter curso específico para formação de professores do MST, um dos eixos do projeto. No ano de 2002, os pesquisadores Neusa M. Dal Ri e Candido G. Vieitez realizaram pesquisa nessa escola. Desse modo, os dados foram também cotejados para obter uma visão do desenvolvimento da escola.

As dependências do IEJC estão divididas em três amplas salas de aula, cinco salas de estudo, dez salas para coordenação, nove salas para os núcleos de base dos educandos, uma biblioteca, uma sala de computação, uma sala de datilografia, uma sala para leitura, um salão para atos, uma

sala para jogos, uma sala para sistema de som, rádio experimental e xerox, uma secretaria, um refeitório, vinte e sete dormitórios, trinta banheiros, uma cozinha, uma copa, uma portaria, uma lavanderia, um mercadinho, uma panificadora, um laticínio e uma agroindústria, pequena fábrica de compotas e geléias. No espaço externo, há outro prédio que está sendo recuperado, no qual se realizam atividades de artes e, ainda, uma horta, uma horta de plantas medicinais e amplos jardins e áreas verdes.

### **3. ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL CONSTRUINDO O CAMINHO**

A Escola de Ensino Fundamental Construindo o Caminho (ECC) está localizada no Assentamento Conquista na Fronteira, município de Dionísio Cerqueira, Santa Catarina.

O Assentamento Conquista na Fronteira possui terras coletivas, ou seja, não dividida em lotes, e os assentados estão organizados na Cooperativa de Produção Agropecuária Cooperunião. O assentamento possui duas escolas, uma de Educação Infantil chamada Ciranda Infantil e outra Municipal de Ensino Fundamental intitulada Construindo o Caminho.

O Assentamento tem cerca de 1200 hectares. Na parte agrícola cultiva-se soja, milho e alguns outros produtos direcionados essencialmente para o mercado, como a produção de leite. Cultivam também os tradicionais produtos que compõem a cesta básica, que são comercializados e também atendem às necessidades do Assentamento. Na parte industrial há duas atividades: a produção de ração animal e um abatedouro de aves (frigorífico), no entanto, no momento das entrevistas essas atividades estavam momentaneamente paralisadas, com a construção de novas instalações. A nova agroindústria, com capacidade triplicada para processar 4000 aves por hora, estava em fase avançada de construção, com prazo para entrar em funcionamento.

As duas escolas existentes são municipais, sendo a Ciranda Infantil mais recente, enquanto que a ECC data dos primeiros tempos do Assentamento. A ECC tem tradição na qualidade de ensino, tendo recebido alguns prêmios, dois da Unicef.

O objetivo precípua da pesquisa de campo foi coletar dados sobre a ECC. Essa escola foi estudada em 2002 pelos pesquisadores Neusa Maria Dal Ri e Candido Giraldez Vieitez. Portanto, houve um interesse especial em verificar se houve evolução no período em questão.

A ECC está em um prédio com 300 m<sup>2</sup> de área construída, e suas dependências estão divididas em: duas amplas salas de aula; uma sala de reunião; três banheiros; uma cozinha e refeitório conjugados; uma biblioteca. Possui, ainda, equipamentos utilizados como recursos pedagógicos, tais como, televisão, vídeo e um mimeógrafo a álcool. Na área externa há um parquinho infantil com vários brinquedos, jardins e um amplo gramado. A escola mantém basicamente as mesmas instalações que tinha há 16 anos e encontra-se bem conservada e cuidada.

Além das observações, foram realizadas entrevistas, cujo áudio foi gravado. Foram entrevistadas as seguintes pessoas: a) dirigente político do Assentamento; b) professora da ECC; c) professora da Ciranda Infantil, que estava informada acerca da ECC; d) merendeira e mãe de alunos da ECC; e) quatro alunos da ECC; f) três ex-alunos da ECC.

A visita e coleta de dados empíricos ocorreram no período de 15 a 18 de julho de 2015.

#### **4. ESCOLA SEMENTE DA CONQUISTA**

A Escola Semente da Conquista, de Ensino Médio, está localizada no Assentamento 25 de Maio, em Abelardo Luz, Santa Catarina.

A visita e coleta de dados na Escola foram realizadas no período de 27 a 31 de maio de 2015. Foram entrevistados: o diretor da escola; professor de matemática; professor de física; professora de português; mãe de aluna e professora da APAE; aluna de 15 anos, do 2º ano; aluna de 17 anos, 3º ano; aluno de 15 anos, 3º ano.

A Semente da Conquista é uma escola pública estadual de ensino médio, do Estado de Santa Catarina, situada no interior do Assentamento 25 de maio que é um dos primeiros assentamentos da reforma agrária que surgiu em decorrência das lutas pela terra encetadas pelo MST, desde

os anos de 1980. O assentamento foi formado por famílias oriundas de acampamento organizado pelo MST. Nos dias atuais, a composição sócio-política do assentado é heterogênea, com pelo menos 20% de famílias que não são ligadas ao MST.

O Assentamento fica a pouco mais de 30 quilômetros da cidade, com acesso por estrada que em dias chuvosos fica intransitável, e possui uma agrovila. Casas e outras edificações estão dispostas a cada lado do eixo formado por uma via larga e aí se encontra a Escola Semente da Conquista (ESC). Na agrovila também há uma Escola Municipal de Ensino Fundamental e uma Escola da APAE. Além das residências, há uma igreja, um salão de reuniões, um armazém (*vendinha*), um ginásio esportivo e o pavilhão de uma das filiais da Cooperativa Terra Viva ligada ao MST, dentre outras edificações. A instalação relativamente nova da ESC contempla tão somente o que podemos denominar de o *mínimo vital* para as necessidades funcionais de uma escola. Porém, chama a atenção o fato da escola ser totalmente aberta, sem portões e grades, com acesso imediato e direto para os estudantes e membros da comunidade.

O Assentamento 25 de maio é um dentre outros vinte e três assentamentos que ficam na área, e vários são do MST. A ESC atende todos os assentamentos e, segundo o diretor, as vagas ofertadas não são suficientes para atender a todas as comunidades dos assentamentos.

A escola dispõe de uns 300 m<sup>2</sup> construídos e um pequeno terreno livre. Não há espaço desportivo e para o lazer. Há três salas de aula, uma biblioteca acoplada à sala do diretor que funciona também como secretaria, laboratório de informática, sala de atendimento para crianças excepcionais, uma cozinha que o Estado terceirizou, lavanderia e dois banheiros utilizados conjuntamente por professores e alunos.

Frequentam a escola aproximadamente 110 estudantes distribuídos em três turmas, uma no período da manhã e duas à tarde. A média de alunos por turma é de 25, exceto no primeiro ano. Nesta série é comum a presença de 40 alunos ou mais, chegando a 60, enquanto que pela lei estadual deveriam ser no máximo 30 alunos por sala.

## 5. ESCOLA CAMPONESA MUNICIPAL CHICO MENDES

A Escola Camponesa Municipal Chico Mendes, de educação infantil e ensino fundamental, está localizada no Assentamento Pontal do Tigre, em Querência do Norte, Paraná. A coleta de dados foi realizada no período de 27 a 29 de abril de 2014 e foram entrevistados: diretor; coordenadora pedagógica; oito professoras; e duas mães. Também foi realizada uma coleta de dados com os alunos de uma série do ensino fundamental, por meio de desenhos que depois foram analisados. Além disso, foram coletados vários documentos da escola, tais como, regimento geral, plano político-pedagógico, revista dos Sem Terrinha, jornal dos Sem Terrinha, dentre outros.

O assentamento tem área de oito mil hectares, com 338 famílias assentadas, a partir de ocupação realizada em 1988. A imissão de posse da área para as primeiras famílias ocorreu em 1995. Cada família tem uma área de 24 hectares de terra e, em 1998, foi criada no Assentamento a Cooperativa de Comercialização da Reforma Agrária Avante Ltda (Coana).

O Assentamento Pontal do Tigre é organizado em nove núcleos. Cada núcleo tem um espaço comunitário, nos quais ocorrem as reuniões do MST e os eventos sociais, culturais e religiosos.

A Escola Chico Mendes fica na área de uso comunitário do PA Pontal do Tigre e tem tradição na qualidade de ensino, obteve o primeiro lugar na média municipal do IDEB com a nota 6,2, em 2011.

A criação da Escola Chico Mendes deu-se por volta de 1988, quando surgiram os primeiros acampamentos que deram origem ao PA Pontal do Tigre. No início, os alunos tinham aulas em salas de madeira, mas com a grande quantidade de alunos foi necessário construir uma escola de alvenaria. A escola tem uma Associação de Pais e Mestres formada pelos assentados, que tem dentre os seus objetivos administrar os recursos obtidos dos governos federal e estadual e dar assistência ao aluno e à sua família

A infraestrutura da Escola apresenta água filtrada, água de poço artesianos, energia da rede pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet, etc. Ainda, possui sete salas de aulas, uma sala de dire-

toria, uma sala de professores, um banheiro interno e outro externo com chuveiros, uma sala de secretaria, pátio descoberto e área verde mantida como agrofloresta. Possui, ainda, recursos disponíveis, tais como: TV; videocassete; DVD; antena parabólica; retroprojeto; impressora; aparelho de som; projetor multimídia (datashow); câmera fotográfica e filmadora.

No momento da visita a escola tinha 256 alunos com idade entre 03 e 11 anos, distribuídos em 12 turmas.

## **6. NÚCLEO DE AGROECOLOGIA**

O Núcleo de Agroecologia está localizado em Curitiba, Paraná. A visita foi realizada no período de 30 de setembro a 02 de outubro de 2014.

O Núcleo de Agroecologia foi desativado em virtude do desmembrado da Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que foi transformada em Instituto Federal do Paraná.

Embora o Núcleo tenha sido desativado, a sua existência foi fundamental para o desenvolvimento de cursos de formação em agroecologia do MST em parceria com o INCRA, realizados em várias escolas do estado do Paraná, inclusive na ELAA, conforme consta no projeto de extensão que foi coletado na visita.

Entrevistou-se o professor que foi coordenador do Núcleo, que narrou a história da criação do Núcleo, os cursos de formação e o episódio de desativação.

## **7. ESCOLA IRACI SALETE STROZAK**

A Escola Estadual Iraci Salete Strozak (CEAGRO) está localizada no Assentamento Marcos Freire, no Município de Rio Bonito de Iguçu, Estado do Paraná. Há três assentamentos no local: Marcos Freire; Ireno Alves; e 10 de Maio. A visita foi realizada no período de 15 a 17 de setembro de 2014.

Em 1996, no município de Rio Bonito do Iguçu ocorreu a maior ocupação de terras, que ficou conhecida mundialmente como o maior

acampamento da América Latina com mais de 3 mil famílias. Após meses de luta foram desapropriados um total de 26.800 hectares de terra, do latifúndio Giacomet Marodim, hoje Aruapel, e assentadas 1.500 famílias, formando inicialmente o Assentamento Ireño Alves dos Santos, e depois o Assentamento Marcos Freire.

Durante esse período, as crianças eram levadas de ônibus à escola mais próxima e eram organizadas também aulas informais, a partir do trabalho de voluntários. As escolas foram improvisadas em barracos de lona e chão batido, no interior de ônibus e embaixo de árvores. Em abril de 1997, surgiu a primeira escola com registro legal depois da ocupação, que foi adaptada em um galpão de máquinas da fazenda, abrigando 200 alunos da 1ª a 4ª séries e de Educação para Jovens e Adultos (EJA). A Escola Estadual Iraci Salete Strozak foi criada em 1999 e recebeu esse nome em homenagem a uma militante do setor de educação do MST que faleceu nesse ano em um acidente.

Os lotes dos assentados são de 14 hectares e a produção é, sobretudo, de arroz, feijão e leite. Não há cooperativas nos assentamentos, a produção e a comercialização são feitas a partir dos lotes individuais. O leite e os grãos são vendidos para cooperativas convencionais que não têm relação com os assentamentos.

A Escola encontra-se em um edifício adequado ao ensino, mas a instalação é modesta. Nos fundos há uma quadra coberta. A escola possui o ensino fundamental, ensino médio e formação de professores Curso Técnico de Magistério. Há mais turmas do que salas de aula, assim, há turmas que têm aulas fora do espaço físico da escola. Cada turma tem de 10 a 50 educandos, e ao todo são 22 turmas. Há 450 alunos na escola base, com total de 10 turmas, no ensino fundamental há de 20 a 30 alunos em cada turma, e no ensino médio de 40 a 50. Há ainda 1.000 alunos nas escolas itinerantes. O colégio tem 09 salas de aula, 40 professores e 14 funcionários na escola base, contratados pelo Estado e a maioria em tempo parcial.

Os professores ou são concursados pelo Estado ou participam do processo de seleção simplificado, com contrato por um ano. Esse processo é realizado em todo o Estado do Paraná.



A Escola possui um laboratório de ciências e informática razoavelmente equipado e alguns equipamentos disponibilizados pelo Estado, porém, faltam materiais e alguns aparelhos estão danificados. Há um refeitório com uma pequena cozinha agregada e uma biblioteca compatível com o tamanho da escola, organizada e funcional.

Existem doze escolas Itinerantes no Paraná e cada uma delas tem uma coordenação. No entanto, a burocracia legal, como a administração e a documentação, está concentrada na Strozak.

A Strozak funciona com a estrutura de gestão oficial, ou seja, diretor, vice-diretor, conselho de escola, conselhos de classe e Associação de Pais e Mestres (APM). Sobre essa estrutura, sobrepõe-se outra que é oficiosa, mas que na escola é real para a tomada de decisões: a) Assembleia Geral, que é o órgão máximo de decisão, se reúne de dois em dois meses e da qual participam todos os segmentos internos e externo; b) Conselho de Escola, que é a instância máxima oficial e suas deliberações são registradas e enviadas para a Secretaria de Educação; c) APM que é um organismo importante, pois dele participam os pais, e seus membros têm assento no Conselho de Escola; d) Representantes de Turmas; e) Conselhos de Classe que realizam avaliações com a presença de pais, professores, estudantes e direção, e todos são avaliados; f) Núcleos Setoriais.

A Escola possui, ainda, outros coletivos, a saber: de educadores que elabora o planejamento pedagógico, conteúdos e metodologias; os coletivos de estudantes (auto-organização dos estudantes), que é o maior núcleo setorial, pois envolve todos os estudantes; coletivo pedagógico, que além das questões escolares, discute também a luta pela terra e a organização social.

A coleta de dados empíricos na escola envolveu observação sistemática e entrevistas semi-estruturadas com a diretora, vice-diretor, membro da direção regional e do setor de educação do MST, três professores, uma funcionária e seis alunos. Além disso, foram coletados materiais na escola, como publicação própria da escola, livro e capítulo de livro, jornais sobre a escola, material informativo a respeito da proposta pedagógica, projeto político-pedagógico, material de referência sobre o modelo pedagógico adotado e regimento escolar.

Ainda, os pesquisadores puderem realizar observações e acompanharem uma assembleia que foi realizada com os pais, dirigentes da escola e alunos representantes do segmento, na qual havia mais de 40 pessoas. Os alunos encaminharam algumas reivindicações para a direção da escola, tais como: faltas excessivas de professores; problemas com o transporte propiciado pela prefeitura. Os alunos reclamaram de arbitrariedades dos motoristas, o que prejudicava seu acesso à escola. O transporte é um problema grave na escola, porque quando chove os ônibus não circulam, pois as pequenas estradas que dão acesso aos assentamentos viram um lamaçal e os ônibus atolam.

## **8. ESCOLA MILTON SANTOS**

A Escola Milton Santos (EMS) está localizada no município de Maringá, Paraná. A visita foi realizada no período de 26 a 29 de novembro de 2013.

A EMS é um centro de educação do campo criado pelo MST em 10 de junho de 2002, como parte do esforço do MST para criar condições materiais de implantação da agroecologia nos assentamentos e acampamentos, e também de conquistar espaços para a luta pela reforma agrária.

O terreno em que se localiza a Escola pertence oficialmente à prefeitura de Maringá e foi conquistado pelos trabalhadores Sem Terra durante um período de luta. A área contava com construções inacabadas de uma indústria de cerâmica que estava abandonada desde 1982 e havia sido embargada pela justiça por irregularidades, passando a pertencer à prefeitura de Maringá a partir de 1988. A prefeitura deu continuidade ao abandono da área, que era utilizada como depósito de lixo e para retirada de cascalho e basalto, o que comprometeu significativamente a situação do solo.

Em 2002, por meio de um termo de concessão de uso do bem público a título gratuito, foi concedido o direito de utilização do terreno para construção do Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Econômico Sustentável em Agroecologia. Os concessionários legais do termo são o Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrá-

ria (ITEPA) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Posteriormente, com a desativação do ITEPA, a representação foi delegada ao Centro de Formação ATEMIS.

Inúmeros problemas surgiram após esta concessão. Um deles apresentou-se no final de 2004 como um erro administrativo da prefeitura de Maringá, que realizou uma dupla concessão de dois hectares da área cedida para construção da Escola Milton Santos e, paralelamente, para a Secretaria de Estado da Justiça. Desse modo, foram perdidos 2 hectares dos 6,5 concedidos. A Escola continuou seu processo de construção e reconstrução das áreas, enfrentando diversos pedidos de reintegração de posse. Somente em 2013, durante a 12ª Jornada de Agroecologia, na qual 3 mil pessoas assinaram uma moção de apoio à EMS, com a presença de diversas autoridades locais, como o prefeito da cidade, o projeto de lei que solicitava a revogação da concessão do terreno à Escola foi retirado da Câmara dos Vereadores.

A EMS é uma escola do MST, não estando oficialmente integrada à rede pública de ensino. Seus cursos formais são oficialmente reconhecidos por meio das parcerias com instituições públicas de ensino. Os cursos formais recebem apoio do PRONERA e a manutenção financeira da escola se dá por meio de projetos, doações, comercialização da produção própria da escola e trabalho voluntário.

Em relação à infraestrutura, a escola dispõe de salas de aula, auditório, biblioteca, laboratório físico-biológico, telecentro, alojamento, refeitório, lavanderia e casas destinadas aos educadores e às famílias de trabalhadores que residem na EMS. Para o lazer, oferece um campo de futebol gramado, uma quadra de vôlei de areia e um parque infantil. Além disso, desenvolve a produção agroecológica em diversas frentes.

Quanto à organização da escola, desde sua inauguração, militantes do MST oriundos de acampamentos e assentamentos, indicados por suas comunidades de origem, vieram residir na área para auxiliar o processo de construção da EMS; alguns permaneceram e outros foram deslocados para outras funções ou retornaram para suas comunidades. No momento da visita, a Escola contava com 30 pessoas residentes no local, que trabalhavam em diversos setores, tais como, administrativo, pedagógico, infraestrutura e produção.

Tendo em vista a organização desses moradores, denominados na EMS de *moradores permanentes*, constituiu-se um Núcleo de Base (NB) Milton Santos, com o objetivo de distribuir as tarefas e as funções pertinentes ao desenvolvimento e manutenção da escola e dos cursos.

O NB Milton Santos conta com quatro setores de atuação responsáveis pela distribuição das tarefas da escola: administrativo; pedagógico; de infraestrutura; e de produção.

Os sujeitos que participam e contribuem com a Escola em forma de rodízio desenvolvendo atividades voluntárias integram o NB dos Voluntários, que é formado de acordo com a necessidade.

Outra demanda que demarca uma organização diferenciada na EMS está relacionada ao cuidado com as crianças Sem Terrinha, filhas e filhas das famílias moradoras da escola, de estudantes que passam pelos cursos e de voluntários. A Ciranda Infantil foi organizada como um espaço para o cuidado dessas crianças, com um ambiente educativo que possibilita a intervenção pedagógica necessária à formação das crianças. As crianças participantes da Ciranda compõem o NB Sementes da Esperança.

Foram realizadas observações na escola e entrevista com dois membros da coordenação pedagógica, um membro da coordenação pedagógica e dirigente do MST, e um funcionário. No momento da visita a turma do Curso de Agroecologia ainda não estava constituída.

Essa escola já havia sido estudada pelos pesquisadores Henrique T. Novaes, Neusa M. Dal Ri e Candido G. Vieitez nos anos de 2011 e 2012 respectivamente, assim os dados comparativos puderam mostrar o desenvolvimento da EMS.

## **9. ESCOLA JOSÉ GOMES DA SILVA**

A Escola José Gomes da Silva de Agroecologia está localizada no município São Miguel do Iguçu, Estado do Paraná. O Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA) foi constituído no início do ano de 2003, no Assentamento Antonio Companheiro Tavares. O ITEPA realizou convênio com a UFPR e, em 2004, iniciou o Curso

Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio, na área de formação do MST, na Escola José Gomes da Silva. Em 2005 iniciou o Curso Técnico em Saúde Comunitária.

Em 2012, treze famílias cuidavam do ITEPA, algumas de assentados, e a maior parte de acampados, cadastrados em municípios do Estado do Paraná. Enquanto aguardavam o lote, trabalhavam pela organização da educação do MST, residindo em moradias localizadas próximas ao ITEPA, existentes desde o período da Fazenda Mitacoré, antes da formação do Assentamento.

Quando a Escola Técnica Federal da UFPR foi transformada em Instituto Federal do Paraná, o convênio para a realização dos cursos passou a ser realizado com o Instituto. Mas, a parceria cessou em 2013, e até o momento da entrevista a Escola não tinha conseguido um novo parceiro para a reativação dos cursos.

Foi realizada uma entrevista com um membro da coordenação pedagógica da Escola. Mas, dada a importância estratégica do ITEPA para o MST, pois a proposta educacional implantada em todos os anos de funcionamento da Escola foi considerada a mais avançada pelo Movimento, a entrevista foi bastante importante, sobretudo em relação ao projeto político pedagógico.

## **10. ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA**

A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) está localizada no município da Lapa, no Estado do Paraná. A coleta de dados na escola foi realizada no período de 01 a 03 de outubro de 2014.

A ELAA fica localizada no Assentamento Contestado e, desse modo, além dessa Escola, foram pesquisadas também a Escola Municipal do Campo Contestado e o Colégio Estadual do Campo Contestado, o que acrescentou uma escola de ensino fundamental e uma de ensino médio à amostra.

O Assentamento Contestado possui em torno de 150 famílias, com mais ou menos 600 pessoas. No início foram construídas 150 casas, mas

com o decorrer do tempo, outras foram sendo construídas para os filhos que se casaram e para outras pessoas que lá trabalham, mas não são assentadas, como, por exemplo, para o diretor da escola de ensino fundamental.

O Assentamento é dividido em onze núcleos, denominados de Mandalas, cuja área total é de 3200 hectares. Os lotes são individuais e há uma agrovila.

O Assentamento tem uma Cooperativa de Produção Agropecuária que produz hortaliças, legumes e frutas agroecológico-orgânicas, e que estabelece relações com as escolas. As crianças auxiliam no trabalho realizado no lote da família e também na escola.

No momento das entrevistas, a Cooperativa possuía 280 associados. Na Cooperativa há sete Núcleos de Agroecologia que realizam reuniões mensais, e desenvolvia 191 projetos de entrega de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atendendo mais de 50 escolas com alimento orgânico, e também projetos com o Programa de Aquisição de Alimento (PAA).

O Assentamento possui uma agroindústria cujo prédio foi construído com recursos dos cooperados. No momento da visita, a entrega dos produtos era praticamente *in natura*, mas com a agroindústria os assentados pretendiam lavar, cortar e embalar os alimentos, e com os tipos de frutas que já produziam, havia a pretensão de elaborar doces e compotas. Os assentados consideravam que com este procedimento haveria maior interesse, pois as escolas que participam dos Programas preferem os alimentos limpos e cortados, além de gerar maior valor.

Como forma de lazer, Contestado possui campo de futebol, quadra de vôlei e realiza festas pontuais, como aniversário do Assentamento, festas juninas, noites culturais dos cursos da ELAA com grupos de teatro e coral. A cada conquista fazem uma grande festa, como quando conseguiram comprar o caminhão da Cooperativa. Há algumas iniciativas como curso de dança e de teatro e, ainda, a intenção de construir uma quadra coberta, terminar a reforma do campo de futebol e terminar a reforma do *Casarão* para a constituição de um espaço cultural, com exibição de filmes, teatro e um Museu da Luta dos Camponeses pela Terra.

O Assentamento possui a Escola Municipal do Campo Contestado, o Colégio Estadual do Campo Contestado e a Ciranda Infantil Curumim. Não existe escola de Educação Infantil no Assentamento e a Ciranda funciona para que as mães possam trabalhar.

#### **A) ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO CONTESTADO**

A Escola possui o primeiro ciclo do ensino fundamental e tem 52 alunos de idades entre 06 e 10 anos, cinco professores e dois funcionários.

A Escola possui seis salas de aula, um refeitório e utiliza a biblioteca da ELAA, tem uma diretora, que acumula também os cargos de pedagoga e secretária, e a maioria das professoras é do Assentamento.

Na estrutura pedagógico-administrativa, a Escola tem o Conselho de Classe Participativo, do qual participam a diretora, funcionárias, alunos, professores e pais. As decisões são tomadas pelo coletivo. A organização e participação das crianças da Escola ocorrem por meio de sete núcleos setoriais: agrícola; embelezamento; comunicação e cultura; apoio ao ensino e à leitura; saúde e bem estar; finanças e estrutura; registro e memória. Cada núcleo possui um relator e um coordenador e é composto por alunos dos anos do primeiro ciclo, desenvolvendo a auto-organização dos alunos.

#### **B) COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CONTESTADO**

No Colégio funciona o segundo ciclo do ensino fundamental, no período da tarde, e o ensino médio, no período noturno, e a EJA, segundo ciclo à tarde e o ensino médio à noite.

Os dois níveis de ensino possuem 80 alunos no total e a EJA 27 alunos; há um diretor, quatro funcionários e vinte e três professoras.

A escola não tem prédio próprio e utiliza o prédio da Escola Municipal do Campo Contestado, nos períodos da tarde e noturno. A estrutura e organização do Colégio são as mesmas da escola municipal, ou seja, existem os núcleos setoriais que se reúnem periodicamente com os núcleos do ensino fundamental. A partir do oitavo ano, os alunos desenvolvem ativi-

dades de plantio nos lotes e de trabalho na Cooperativa. Os professores são contratados pela Rede Estadual de Ensino, por um processo seletivo cujo edital é direcionado para escolas do campo e assentamentos.

### **c) ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA**

Os cursos mantidos pela ELAA no momento da visita eram Tecnólogo em Agroecologia; Licenciatura em Educação no Campo; Curso de Extensão para Militantes Líderes de Movimentos Sociais na América Latina (80h), dentre outros. Havia três turmas em funcionamento e, em média, 160 alunos são formados por ano, como tecnólogos em agroecologia. O alunado é diversificado e são de várias partes do Brasil.

Há doze funcionários na Escola que são militantes do MST e a grande maioria é assentada desenvolvendo trabalho voluntário. A Escola tem onze quartos de alojamento divididos em dois blocos, um banheiro coletivo, biblioteca, um auditório, uma sala de reunião pedagógica, uma sala de trabalho demonstrativo, um refeitório e uma cozinha.

O Curso de Tecnólogo em Agroecologia é financiado pelo PRONERA em parceria com a UFPR, e a licenciatura em Educação no Campo, com foco em Ciências Naturais, é uma parceria com a UFPR- Setor Litoral. A Escola tem cursos do PRONATEC, cursos agroflorestais e mantém vários cursos de extensão, oficinas, estudos informais para melhoria da Cooperativa e da produção dos alimentos. Há também o curso de formação continuada para lideranças e docentes.

Foram realizadas entrevistas com a diretora, uma pedagoga e quatro professoras. Além disso, foram coletados vários materiais e documentos na escola, tais como: projeto político-pedagógico; regimento; livro publicado pela escola, etc.

## **11. ESCOLA DE AGROECOLOGIA LAUDENOR DE SOUZA**

A Escola Estadual de Agroecologia Laudenor de Souza está localizada no município de Itaberá, Estado de São Paulo. A visita ocorreu no período de 19 a 21 de fevereiro de 2015.



A Escola foi inaugurada em abril de 2006 e implantada em área cedida pela Cooperativa dos Assentados e Pequenos Agricultores da Região de Itapeva (COAPRI), na Agrovila V, Assentamento Pirituba, em Itaberá, região sudoeste de São Paulo.

A Escola funciona por meio de registro formal e com assessoria do Instituto Técnico de Capacitação, Extensão e Pesquisa em Agroecologia. No momento da visita não havia uma turma em funcionamento, pois a Escola aguardava uma parceria com uma universidade pública para formalizar nova turma para o curso. Assim, foram entrevistados os participantes da última turma: professor de história e coordenador de curso; coordenadora do Instituto Técnico de Capacitação, Extensão e Pesquisa em Agroecologia; coordenadora regional do MST e estagiária no Curso; dois ex-alunos.

A realização das entrevistas foi bastante dificultosa, já que no mesmo período estava ocorrendo na Escola Municipal Terezinha de Moura, município de Itapeva, o Seminário de Educação do Campo, evento preparatório para o II Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (II ENERA). Fomos convidados para participar do evento, o que foi bastante proveitoso, pois ocorreram palestras de dirigente nacional do MST, membro do setor nacional de educação e outras pessoas envolvidas com a educação. Estiveram presentes ao evento a maior parte dos/as educadoras do município e também a Secretária da Educação do município.

A partir da conferência de abertura, pudemos mais bem compreender o significado da Reforma Agrária Popular aprovada no último Congresso do MST, realizado em fevereiro de 2014, pois esse foi o tema da palestra proferida pelo seu dirigente nacional, Cesar Del Vecchio. Também pudemos conversar com várias professoras da Escola Municipal, e discutir sobre as propostas educacionais do MST. Nesse dia realizamos três entrevistas. No dia seguinte, no sábado, procedemos a uma visita à Escola de Agroecologia Laudenor de Souza, conhecemos a sede da Cooperativa Capavri e a sede regional do MST e realizamos as entrevistas com os ex-alunos que estavam participando de uma reunião regional do setor de produção do MST.

A Escola começou a funcionar a partir de 08 de maio de 2006, com o Curso Integrado Médio Técnico em Agroecologia, de duração de três anos. A primeira turma teve 60 educandos e foi formada por jovens filhos e filhas de assentados do MST das regionais Sudoeste, Iaras, Promissão e Andradina, além de representantes da Pastoral da Juventude Rural, Federação de Agricultura Familiar, quilombolas e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapeva.

Entre os objetivos da Escola encontra-se a capacitação técnica dos educandos em agroecologia, visando a transição agroecológica dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, além de criar um centro de referência técnica e política em agroecologia e possibilitar o intercâmbio de conhecimentos com outras organizações e entidades brasileiras e estrangeiras.

A construção da Escola contou com a parceria da Via Campesina Internacional na formação técnica em Agroecologia de jovens e adultos camponeses.

A Escola tem aproximadamente mil metros quadrados de edificação rústica, possui duas salas de aula grandes, quatro banheiros ecológicos, biblioteca, cozinha, secretaria, placas de energia solar e três alojamentos coletivos para os alunos.

## **12. A ESCOLA ITINERANTE MARIA APARECIDA ROSIGNOL FRANCIOSI**

A Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi (Escola Cidinha) está localizada no distrito Lerrovile, Londrina, Estado do Paraná, no Assentamento Eli Vive. A visita foi realizada nos dias 09 e 10 de abril de 2015 e foram entrevistados o coordenador pedagógico, o professor de biologia e um dos formuladores dos Cadernos sobre a metodologia dos complexos temáticos do MST.

O Assentamento Eli Vive surgiu a partir de ocupação, que durou quatro anos, efetuada no distrito de Guairacá, região rural de Londrina. No momento da visita, o Assentamento Eli Vive tinha 540 famílias, e era um dos maiores assentamentos do MST e do país.

A Escola Cidinha atende desde a educação infantil até o ensino médio com cerca de 200 estudantes, com funcionamento matutino e vespertino.

O nome da Escola e do Assentamento é uma homenagem aos militantes do MST que dedicaram suas vidas ao campo e à defesa dos direitos dos trabalhadores. Os educadores populares, lideranças e técnicos do assentamento são compostos, na maioria, por jovens entre 18 e 28 anos. A juventude no assentamento e acampamento é protagonista das ações na escola, da rádio comunitária, das atividades culturais e formativas de modo geral. Os jovens apresentam periodicamente a intervenção da juventude do MST, com atividades organizadas na Escola Cidinha e participação das comunidades do Assentamento e de outras localidades.

O Assentamento obteve recursos para investimentos na produção, educação e infraestrutura e desenvolve um modelo de produção orgânica e pesquisas de sementes, trabalho este integrado à educação das crianças.

Destacamos que as escolas itinerantes são escolas públicas que funcionam com a permissão do Conselho Estadual de Educação, no caso desta escola, do Conselho do Paraná, com a aprovação do parecer nº 1012, de 2003. O Paraná possui doze escolas itinerantes e o apoio técnico e pedagógico é realizado por duas escolas base, o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, como já descrito anteriormente, e o Colégio Centrão, localizado no município de Querência do Norte. A Secretária de Educação e o MST têm se responsabilizado, desde 2004, pela oferta e manutenção da estrutura física, econômica e humana das escolas itinerantes.

Como enunciado anteriormente, a equipe de pesquisadores organizada por eixos, efetuou um extenso levantamento bibliográfico, seleção das obras e textos, leitura, documentação, reflexão e confronto com os dados empíricos. A partir da análise dos dados foi elaborada uma síntese para cada um dos eixos, que integraram o relatório final da pesquisa.

Para a elaboração deste livro, os pesquisadores e pesquisadoras formaram parcerias, em acordo com o eixo do qual participaram e com a coleta de dados empíricos, e escreveram os textos apresentados a seguir. Ressaltamos que, embora o livro seja organizado em forma de capítulos, não se trata de uma obra organizada com temas relativos ao assunto geral,

mas sim de textos integrados à pesquisa, ou seja, este livro se configura como uma obra única, tendo vários autores e várias autoras.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO, L. *Sem terra aprende e ensina*. Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. São Paulo: Autores Associados, 1999.

BLOG DO ENCONTRO UNITÁRIO. *Organizações destacam importância da unidade na abertura do encontro*. Brasília, DF. 20 ago. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/content/organiza%C3%A7%C3%B5es-destacam-import%C3%A2ncia-da-unidade-na-abertura-do-encontro>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 248, 1996.

BRASIL DE FATO. Há um ano sem resposta. *Brasil de Fato*. São Paulo, n. 494, p. 5, 16 a 22 ago. 2012. Disponível em: [http://www.brasilefato.com.br/sites/default/files/BDF\\_494.pdf](http://www.brasilefato.com.br/sites/default/files/BDF_494.pdf).

BRASIL DE FATO. Editorial. Um encontro histórico de camponeses. *Brasil de Fato*. São Paulo, n. 494, 16 a 22 ago., p. 2, 2012. Disponível em: [http://www.brasilefato.com.br/sites/default/files/BDF\\_494.pdf](http://www.brasilefato.com.br/sites/default/files/BDF_494.pdf). Acesso em: 22 ago. 2012.

DAL RI, N. M. *Educação democrática e trabalho associado no contexto político- econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2004. 315 f. Tese (Livre-Docência em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A educação do Movimento dos Sem Terra: Instituto de Educação Josué de Castro. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1379-1402, 2004.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. Gestão democrática na escola pública: Escola Construindo o Caminho. *Educação Unisinos*. São Leopoldo, v. 14, n. 2, mai./ago., 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Educação no Campo/Proneira. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campoproneira>. Acesso em: 07 ago. 2012.

LAO, W.; FELDMANN, A. *Reforma Agraria Popular: la nueva propuesta el Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST)*. Madrid. 05 jun. 2009. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=86558>. Acesso em: 05 jun. 2009.

MANSUR, V. Movimentos do campo se unem por novo projeto de agricultura. *Carta Maior*. São Paulo, 20 ago. 2012. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiamostrar.cfm?materia\\_id=20749&boletim\\_id=1340&componente\\_id=22097](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiamostrar.cfm?materia_id=20749&boletim_id=1340&componente_id=22097). Acesso em: 21 ago. 2012.

MEDEIROS, L. Continuidades e inovações nas lutas recentes no campo. *Carta Maior*. Colunistas. São Paulo. 07 dez. 2004. [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=1809](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=1809). Acesso em: 12 ago. 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Pedagogia do Movimento Sem Terra – Acompanhamento às escolas. *Boletim da Educação*. Porto Alegre, n. 8, jun., 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *MST lutas e conquistas*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA *Programa Agrário do MST*. VI Congresso Nacional do MST: lutar, construir reforma agrária popular. São Paulo, 2013. MST. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Educação*. Brasília, DF. 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

REVISTA VEJA. MST: até quando? *Revista Veja*. São Paulo, ed. 2134, 14 out. 2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/141009/mst-ate-quando-p-012.shtml>. Acesso em: 20 set. 2012.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SECOM). *Reforma agrária terá mais R\$ 400 milhões este ano*. Brasília, DF. ago. 2011. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/comunicacao-publica/em-questao/edicoes-anteriores/agosto-2011/boletim-1359-30.08/reforma-agraria-tera-mais-r-400-milhoes-neste-ano/?searchterm=Proneira>. Acesso em: 08 ago. 2012.

SILVER, B. J. *Fuerzas de trabajo - Los movimientos obreros y la globalización desde 1870*. Madrid: Akal, 2003.

STEDILE, J. P. *BRASIL: El Movimiento Sin Tierra se plantea nuevos métodos de lucha*. Madrid, 24 fev. 2009. Disponível em: <http://www.kaosenlared.net/noticia/brasil-movimiento-sin-tierra-plantea-nuevos-metodos-lucha>. Acesso em: 25 fev. 2009.

STEDILE, J. P. *Cadê a Reforma Agrária?* Brasília, DF. 24 jul. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Cade-a-Reforma-Agraria>. Acesso em: 04 ago. 2012.

VALENTE, R. Incra rompe com MST e determina fim de diálogo com líderes sem-terra. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 fev. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/incra-rompe-com-mst-e-determina-fim-de-dialogo-com-lideres-sem-terra.shtml>

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.